

## ESPAÇO PÚBLICO

# O umbigo de Paulo Guinote

**Paulo Trigo Pereira**

**1** Agradeço a Paulo Guinote (P.G.) o seu artigo de ontem em que me visa em particular, para clarificar a minha posição sobre a contagem de tempo de serviço dos professores. Tendo em conta que, por força do OE 2019, a renegociação vai ser reaberta, justifica-se responder. P.G. alega que o conjunto de declarações de voto que fiz se destinou a apresentar-me como “desalinado”. Eu sei que os factos são difíceis de aceitar, mas se se consultar o site do hemiciclo ([www.hemiciclo.pt](http://www.hemiciclo.pt)) ver-se-á que desalinhei no voto 141 vezes do grupo parlamentar do PS, cumprindo sempre a disciplina de voto partidária nas matérias relevantes e é por essas votações (e não pelo OE, onde cumpri a disciplina) que alguns me designam há muito tempo, por “deputado desalinado”. As declarações de voto são importantes pois, na sua ausência, em vários casos teria votado de forma diversa do PS. Não é, contudo, o caso em apreço em que votei, convictamente alinhado, contra todos os projetos favoráveis a reabrir as negociações com os professores. P.G. concede-me, e à língua portuguesa, que haja dois significados para a palavra “retroativo” e sabe, mas omite, que o sentido em que utilizo o adjetivo é o que vem em todos os dicionários: “Que tem efeitos sobre factos passados, que modifica o que já foi feito” (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2010). Ora, as normas dos orçamentos do Estado até 2017 (inclusive) introduzem uma distinção entre carreiras gerais e especiais. Naquelas em que o tempo de serviço é um elemento central na progressão na carreira, foi sempre claro nesses OE que não produziram efeitos em termos de progressão. Aquilo que consta do cenário macroeconómico, do programa eleitoral e do programa de governo do PS é o descongelamento das carreiras e é isso que está a ser cumprido. Na expressão feliz de António Costa, pôr de novo o relógio a contar. Aquilo que alguns partidos e sindicatos defendem é um “descongelamento retroativo”, pôr a contar não a partir de hoje, mas a partir do momento no passado em que ele ficou “parado”. Já que falamos em factos, o tempo de serviço docente não é “apagado”. Ele conta obviamente para efeitos de direitos de pensão (os descontos foram feitos!), e conta parcialmente para a progressão. É obviamente de justiça contar algum tempo (aliás já aceite pelo Governo), equiparando os professores às outras carreiras onde se pratica a avaliação (através do SIADAP). Mas seria não só de uma grande injustiça, mas também de uma grande irresponsabilidade

conceder a contagem de mais tempo aos professores, se tal não puder ser garantido a todas as carreiras que se encontram na mesma situação.

**2.** Para perceber porquê temos de sair do umbigo de P.G. – que são os professores do ensino básico e secundário (PEBS) – e alargar o debate da justiça distributiva, primeiro a todos os docentes do ensino superior (DES), depois às restantes carreiras especiais, e finalmente a todos os trabalhadores portugueses do público e do privado. Um facto ignorado neste debate é que os DES também tiveram o seu “tempo congelado” para efeitos de progressões. Outro facto é que os DES têm uma carreira, não com uma única categoria como os PEBS, mas com várias categorias. Um professor auxiliar, que é doutorado, só consegue progredir, pelo tempo (agora também avaliação), até ao seu último escalão. O tempo não lhe permite passar a associado ou catedrático. Os trabalhadores noutras

**“A justiça exige tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente, no contexto das condições financeiras ainda precárias do país”**



carreiras especiais em que o tempo ainda é um factor preponderante na progressão querem ter tratamento semelhante ao dado aos professores. Polícias e militares já pediram reunião a António Costa este mês precisamente com esse objetivo. E na justiça há obviamente reivindicações semelhantes. Percebo as insatisfações de muitas classes profissionais (no público e privado) em relação aos efeitos da passada austeridade e suas implicações. Todos os portugueses reconhecerão que se

o período de maiores dificuldades e aperto já passou, continuamos, pela elevada dívida e um crescimento económico modesto, vulneráveis. A justiça exige tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente, no contexto das condições financeiras ainda precárias do país.

P.S. – Sou filho e neto de professoras de matemática e tenho o maior apreço pela nobre profissão docente, que abracei com gosto. Mas recuso-me a ver o país a partir do meu umbigo.

**Deputado do PS**

# Planos de mobilidade precisam-se!

**Paula Teles**

**N**o mesmo dia em que a ONU publicava dados de 2017 relativos ao alarmante aumento da emissão de CO<sub>2</sub>, em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística apresentava os resultados definitivos, desoladores, decorrentes do inquérito à mobilidade realizado em 2017 nas áreas metropolitanas do Porto (AMP) e Lisboa (AML), evidenciando novo aumento na utilização do automóvel, da redução do recurso ao transporte público e parcos resultados nos modos suaves.

Quando se esperava uma alteração da cultura de mobilidade das populações e das suas opções de mobilidade, ainda que ténue, fruto das orientações providas da UE e vertidas no Portugal 2020, verificou-se, ao invés, um agravamento na opção por modos de transporte poluentes, ineficazes, ineficientes e altamente degradadores da qualidade do ambiente urbano das cidades e vilas, com todas as consequências que este facto acarreta para o meio ambiente e para a saúde pública. Apesar das estratégias definidas a nível nacional, nomeadamente através dos diversos programas estabelecidos pelo Governo, pela disponibilização de financiamento tendente à melhoria das condições de deslocação em modos sustentáveis de transporte, a realidade mostra-nos um cenário dantesco, onde o automóvel continua a ganhar importância nas deslocações dos cidadãos. Na AMP, entre 2001 e 2017, a quota de utilização do automóvel subiu de 47% para 68%, e na AML, no mesmo período, aumentou de 38% para 59%, confirmando-se os piores cenários.

A solução passa pela descarbonização das cidades, que só será viável se cada município desenvolver o seu Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), o que não está a acontecer, e que é obrigatório em quase todos os países da Europa, por forma a dotar as autarquias e seus territórios de documento estratégico, integrador, articulado e coerente, que possibilite tornar consequentes as ações e investimentos nesta matéria. Recorde-se que o Acordo de Paris (2015) é claro no apelo que faz à necessidade de uma mudança de paradigma nas sociedades, definindo, como medida global e de enorme ambição, a descarbonização praticamente total da sociedade até ao final do século.

Esta necessidade de descarbonização, suportada pelos cenários produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, assoma já, nos seus últimos relatórios, a necessidade de uma redução drástica na emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE), se pretendermos

evitar os danos mais graves das alterações climáticas que se seguirão a uma alteração da temperatura média global no planeta.

A ONU, através do seu programa para o meio ambiente, publicou, em novembro, um relatório onde demonstra que as emissões globais de CO<sub>2</sub> para a atmosfera voltaram a aumentar em 2017, após três anos de estabilização. A emissão de CO<sub>2</sub> para a atmosfera tem sido um dos maiores causadores do aquecimento global, com todos os efeitos e riscos para o planeta sobejamente conhecidos. O setor dos transportes é responsável por uma parte significativa dessas emissões, tornando o atual modelo de vida insustentável para as cidades. Este setor contribui em cerca de 30% para o total da emissão de GEE e é, segundo a ONU, o principal contribuidor para as emissões ligadas à energia. De resto, também em novembro, o Fórum Económico Mundial publicou resultados alarmantes para a saúde pública e para a vida nas cidades, onde se demonstra que as pequenas partículas ingeridas, provenientes da poluição do



**“A realidade mostra-nos que o automóvel continua a ganhar importância nas deslocações dos cidadãos”**



ar, reduzem a esperança média de vida em dois anos, apresentando impactos maiores do que os provocados pelo tabaco ou pelo álcool. Os municípios têm efetuado elevados investimentos na área da mobilidade, muitas vezes de forma avulsa e sem uma estratégia de fundo e global. O automóvel continua a ganhar importância para as deslocações dos cidadãos, e todos os modos sustentáveis de deslocação, como andar a pé, de bicicleta e nos transportes públicos, perderam terreno face a ele, demonstrando que as intervenções avulsas no território, algumas decorrentes de programas financiados (PAMUS, PEDU e PARU), não estão a surtir os efeitos necessários. Ainda assim, acredito que, com um planeamento forte, ágil e assertivo, e agora, pela primeira vez, com a designação “Mobilidade” numa Secretaria de Estado, se conjugarão os esforços necessários para solucionar este grave problema, através da elaboração dos PMUS.

**Presidente do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade**



**Marcus Wendel**  
O craque que chegou tarde ao futebol

Desporto,47



**Alimentação**  
Como podemos produzir mais comida sem acabar com as florestas?

Mundo,28/29

**CO2**  
Descarbonizar: a indústria cimenteira quer mais, a agro-pecuária quer menos

Economia,26/27

# Sarampo Taxa de vacinação não garante imunidade em Lisboa

A cobertura com a segunda e última dose da vacina contra o sarampo é inferior a 95% nos agrupamentos de centros de saúde de Lisboa e Algarve, a percentagem “desejável” de protecção **Sociedade, 16/17**



NUNO FERREIRA SANTOS

**Portugale China**  
Marcelo: “Sinta-se em casa, senhor Presidente”  
Quem são os amigos de Pequim?  
p2a10

**CNE acusa AR de lhe dar instalações sem “dignidade”**

Comissão Nacional sem espaço para equipas especiais em dias de eleições **p13**



**Câmaras não agravam IMI para reabilitar casas devolutas**

Orçamento do Estado prevê IMI como promotor da reabilitação urbana **p24**

## João Lourenço recebe activistas angolanos dos direitos humanos

Luaty Beirão foi um dos activistas convidados para o palácio da presidência angolana. Líderes das ONG aplaudem a reunião “simbólica” **p31**

**HOJE Largo Winch**  
Vol. 11 — A Estrela da Manhã

Por + **6,90€**

## Recuo de Macron não satisfaz “coletes amarelos”

Governo francês suspendeu aumento de impostos sobre combustíveis durante seis meses. O movimento de “coletes amarelos” diz que os protestos continuam **p30**

REPÚBLICA PORTUGUESA PATRIMONIO CULTURAL

apresentação

**Revista Portuguesa de Arqueologia**  
Volume 21 - 2018  
Museu Nacional de Arqueologia  
5 de dezembro às 18.30h

www.patrimoniocultural.gov.pt

PUBLICIDADE